



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade de Uniduto Logística S/A, realizada no dia 21 de outubro de 2010, na cidade de Campinas.

Realizou-se, no dia 21 de outubro de 2010, às 17 horas, no Plenário José Maria Matosinho da Câmara Municipal, Avenida da Saudade, nº. 1.004, Ponte Preta, Campinas/SP, a audiência pública sobre a “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade de Uniduto Logística S/A ((Proc. SMA 01891/2008). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Vanderley Nascimento, Secretário de Governo do Município de Araras –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Carlos Cerri Júnior, Presidente Executivo do Serviço de Água, Esgoto e Meio Ambiente do Município de Araras, Estela Mello, Engenheira da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município de Campinas, e Antonio Carlos Chiminazzo, Secretário Executivo do COMDEMA de Campinas – das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a “Implantação do Poliduto Uniduto”, de responsabilidade do Uniduto Logística S/A. O Secretário-Executivo do Consema esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que, só assim, os representantes desses dois Poderes podem opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. O Secretário-Executivo do Consema



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esclareceu que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida por ele e é também integrada por um representante do CONSEMA eleito entre os conselheiros presentes. Depois de constatar que nenhum conselheiro estava presente, convidou Doutor Cláudio Alonso, assistente-executivo da Diretoria de Tecnologia da Cetesb, que é o órgão do Estado responsável pelo licenciamento ambiental, para compor a Mesa. Dadas estas explicações, declarou iniciados os trabalhos. Passou a palavra ao representante e diretor-técnico da Uniduto Logística S.A., para apresentar o projeto. Fábio Luiz Jorge ofereceu um breve histórico da empresa – criada em junho de 2008, formada, ao todo, por dez grupos paulistas produtores de açúcar e álcool, que formam uma sociedade e cuja produção representa cerca de um terço da produção nacional. Acrescentou que o projeto Poliduto não é exclusivo dos sócios, pois se trata de um sistema aberto baseado em dutovias com integração multimodal. Explicou que o objetivo é colocar os terminais em pontos estratégicos, de tal forma a que se proceda à interligação entre os vários modais – rodoviário, ferroviário, hidroviário e marítimo. Explicou que são previstos portos: um hidroviário, na Hidrovia Tietê-Paraná, e um marítimo no litoral santista. Descreveu as primeiras iniciativas e atividades realizadas pelo grupo, a forma como ocorreu o aumento da densidade da produção e do consumo de etanol, cuja viabilidade exige a implantação de um sistema de escoamento que contemple meios mais eficientes de transporte, aumentando ou tornando viável a hidrovia e a implementação das dutovias. Explicou que a capacidade prevista para o duto é de 16 bilhões de litros, que, segundo as projeções, só será atendida por volta de 2022/23. Apresentou uma série de detalhes sobre o duto, sua composição, revestimento, seu método construtivo e os vários métodos e as várias técnicas que serão adotados conforme o trecho a ser transposto. Descreveu outros métodos de controle e de segurança estabelecidos por normas internacionais que utilizam a melhor tecnologia disponível e as proteções extras para áreas de maior risco, sistemas *on-line* para detecção de vazamento, proteção anticorrosão, sistema de monitoramento da espessura do duto com pinos, supervisão e controle automatizados, procedimentos operacionais auditados pelo órgão regulador, programa de gerenciamento de risco e plano de ação de emergência. Cláudio Bolzani, representante da MKR Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda., empresa responsável pelos estudos ambientais, ofereceu informações detalhadas sobre a metodologia empregada para análise de cada uma das áreas e condições ambientais e os resultados obtidos, que compõem o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental. Constatando que não havia nenhum inscrito para as etapas anteriores, o Secretário-Executivo informou que se passaria à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Estela Mello, engenheira vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município de Campinas, teceu considerações inicialmente sobre a necessidade de os cidadãos envolverem-se com esse projeto, em decorrência dos importantes impactos que promoverá, principalmente na região metropolitana. Formulou suas principais dúvidas, uma delas acerca do impacto que esse empreendimento provocará na área residencial de Nova Mercedes da Região Metropolitana de Campinas, que é densamente povoada e atravessa a Rodovia Santos Dumont, como mostram as informações contidas na página 35 do EIA. Esclareceu que outra preocupação sua se relacionava com o impacto que será causado na Bacia do Rio Capivari, que, juntamente com o Rio Atibaia, constitui uma rede intensa de drenagem, além de ser responsável pelo abastecimento de água do município, representando praticamente 6,4 % dos 93% da água captada. Por último, demonstrou sua preocupação também com a mudança do trajeto do duto, que fará com que promova intervenção em uma região onde são desenvolvidas atividades turísticas. Perguntou sobre a “vantagem” que teria a população de Campinas na eventual ocorrência de acidente e sobre a infra-estrutura necessária para atender às vítimas, no caso de incêndio. Passou-se à etapa em que se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

manifestam os representantes de órgãos públicos. Antônio Carlos Chiminazzo, Secretário-Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Campinas, declarou que o projeto lhe causa certa preocupação e que dele já havia tomado conhecimento quando de sua apresentação à Comissão de Análise de Territórios do Conselho Municipal de Campinas. Esclareceu que, nessa ocasião, foram destacados pelos membros da comissão dois pontos: o impacto que o duto causará numa área povoada precisamente que se localiza no trevo existente no cruzamento da Rodovia Santos Dumont com a Bandeirantes, e o outro impacto que provocará em um trecho próximo da estação de captação de água do Rio Capivari. Acrescentou que o COMDEMA está estudando a documentação – que é substancial –, certamente dentro do tempo hábil. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Vanderlei Nascimento, Secretário de Governo do Município de Araras, declarou que tinha idéia da dimensão do empreendimento e que, por ocasião das reuniões que os órgãos técnicos municipais realizaram com os representantes da empresa, fora solicitada alteração no traçado, pois, tal como mostra o projeto apresentado no início da audiência, ele corta três mananciais, o que motivou o pedido de que ele corresse paralelo ao traçado da Rodovia Anhanguera. Passou-se à etapa das réplicas. Cláudio Bolzani, representante MKR Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda., esclareceu que se tratava de dois pontos críticos, um deles constituído pelo desvio próximo ao trevo, no cruzamento entre as Rodovias Santos Dumont e Bandeirantes, e o outro é o trecho perto da captação de água no Rio Capivari, e que, no entanto, caso ocorram vazamentos o risco de contaminação é muito pequeno, e que, mesmo assim, foi proposto um furo direcional, de modo a que não haja nenhuma intervenção direta. Esclareceu que, além desta, outras medidas de controle foram adotadas, como a implantação de válvulas de bloqueio devidamente posicionadas antes e depois do corpo d'água. Acrescentou que tais cuidados, aliados com as demais medidas de controle e com a implementação dos programas de contingência previstos, promovem uma situação bastante segura para eventuais vazamentos. Acrescentou que, em relação à área urbana, a preocupação já foi externada pelo COMDEMA e pelos técnicos municipais, mas esclarecia ter sido proposta essa intervenção simplesmente porque não se conseguiu outra alternativa viável. Lembrou ter sido realizado estudo de risco atendendo a todos os critérios da CETESB, e que foi considerada viável tal transposição, pois este órgão sequer exigiu fossem adotados cuidados adicionais. Reconhece que o trecho do traçado próximo ao Hopi Hari é complicado e que, em relação à questão formulada pelos técnicos da Prefeitura Municipal de Araras, vem sendo discutida a melhor solução para esse caso. Depois de constatar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo esclareceu que, além das sete audiências já previstas, uma oitava será realizada no Município de São Bernardo do Campo, no dia 2 de dezembro, o que alterou o prazo para o envio das contribuições, pois passa a ser cinco dias úteis contadas a partir da data da oitava audiência. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora de Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.